



# GESTOS, ARQUIVOS E MEMÓRIA: QUE HISTÓRIAS CONTAM UM ARQUIVO DE UM PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO?

Andrea Moreno [\*]

Luciano Mendes de Faria Filho [\*\*]

Roberta Ornelas Oliveira [\*\*\*]

Sara Handeri [\*\*\*\*]

## RESUMO

Este texto trata de pesquisas e reflexões em curso sobre a organização e as potencialidades dos arquivos universitários para a pesquisa em história da educação. Defende que há a necessidade de se estabelecer políticas de arquivos, logo, de memória, que incentivem a guarda, a organização e disponibilização não apenas dos acervos administrativos que a legislação “manda guardar”, mas também, e sobretudo, acervos de cunho acadêmico-científico relativos ao ensino, à pesquisa e à extensão universitárias. Para isso, fazemos uma exposição inicial sobre a importância dos lugares de memória e sobre a organização dos arquivos, seguida de uma explicitação da configuração atual de um centro de memória específico – o Centro de Pesquisa, Documentação e Memória (CEDOC) da Faculdade de Educação da UFMG – para, finalmente, nos determos nas potencialidades do arquivo do Programa de Pós Graduação em Educação da UFMG para as pesquisas sobre a história da Pós-Graduação e da pesquisa no país. **Palavras-chave:** PPGE. CEDOC. Arquivo.

[\*] Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas. Docente na Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3371-0282>. E-mail: [andreafeufmg@gmail.com](mailto:andreafeufmg@gmail.com).

[\*\*] Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo. Docente na Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1023-7138>. E-mail: [lucianomff@uol.com.br](mailto:lucianomff@uol.com.br).

[\*\*\*] Mestranda em História e Culturas Políticas na Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5126-724X>. E-mail: [roberta.oo@hotmail.com](mailto:roberta.oo@hotmail.com).

[\*\*\*\*] Licenciada em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-8576-6315>. E-mail: [sarahanderi@hotmail.com](mailto:sarahanderi@hotmail.com).



## INTRODUÇÃO

Recentemente, no ano de 2022, o Programa de Pós Graduação em Educação da UFMG (PPGE/FaE/UFMG) completou 50 anos e, à guisa de comemoração, a Equipe do Centro de Pesquisa e Documentação da Faculdade de Educação (CEDOC/FaE/UFMG) organizou uma exposição virtual sobre o transcurso deste meio século de história<sup>1</sup>. O que buscamos foi explicitar, tanto quanto possível, os protagonistas, com suas certezas e dúvidas, que edificaram o Programa e os caminhos pelos quais este foi conduzido, nos seus primeiros anos.

No transcurso do trabalho de organização da exposição, o CEDOC, local de guarda da documentação histórica do PPGE, notamos que se, por um lado, as instituições acadêmicas e universitárias são pródigas em cerimônias comemorativas e exercícios de memória para demarcar o transcurso de sua história no tempo, por outro, nem sempre são cuidadosas com seus lugares de memória. É raro que se preserve uma documentação, sem que seja aquela em que os cânones arquivísticos universitários e as agências de fomento orientam ou mandam guardar. Documentação de seleção, memórias de pesquisa e ensino, dentre outros, raramente são arquivados como documentos de memória (MORENO; MENDES, 2015).

Margareth Rago (2013) nos lembra que as memórias necessitam de uma organização – nem sempre passíveis de um ordenamento linear – para a sua circulação nos meios públicos. Essas memórias se refletem na produção intelectual e cultural, desenvolvidas, por exemplo, nas universidades. É aqui que essas teias do passado podem se libertar do enclausuramento, reconstruindo narrativas, divulgando saberes e impactando as memórias coletivas, as quais, como nos ensina Le Goff (2016), funciona de acordo com uma reconstrução “generativa”, que atua no cotidiano dos sujeitos. Ela pode ser traduzida em monumentos, datas comemorativas e museus.

Se por um lado, os documentos que armazenam as memórias pessoais, bem como institucionais, podem ser organizados de forma arbitrária, por outro, também podem receber um olhar cuidadoso e técnico, digno, do trabalho atento e, no mínimo, criterioso, de pesquisadores. É nesse sentido que, a partir do trabalho realizado pelo CEDOC, problematizamos a relação entre arquivos universitários e memória. Criado em 2008, com o

<sup>1</sup> Ver em: <https://ppge50anos.wixsite.com/ppgefae> (Acesso em: 01 de junho de 2023).



objetivo de realizar a guarda e extroversão do patrimônio acadêmico científico, o CEDOC é aqui entendido como um espaço plural, que transita e se complementa, tanto quanto arquivo institucional, como espaço de memória e museu laboratório.

Segundo Santos e Venâncio (2015), os arquivos são espaços que contém conteúdos próprios, gerados e organizados por meio de trabalhos arquivísticos. É nessa ordem que os documentos são coletados de forma deliberada, com objetivos pré-definidos, cuja conexão existente é pensada desde o momento da sua criação (DURANTI, 1994). Sob essa perspectiva, os documentos presentes nesses arquivos apresentam os envolvimento e atuação da instituição, além de contarem sobre os indivíduos que estão nesta organização. Tudo isso expõe a identidade deste espaço, mas também expressa os avanços, retrocessos e mudanças ocorridas ao longo do tempo.

É de conhecimento que a memória se empenha em reconstruir um passado, uma experiência histórica, por meio de uma narrativa (NORA, 1993), no entanto, vale mencionar, que os arquivos não se propõem a isso. Os arquivos, apesar de comportarem uma documentação que proporciona a estruturação de narrativas históricas, logo, gerando um impacto na memória da sociedade, apresentam em sua intenção inicial a não produção de memórias. Entende-se, então, que a documentação do arquivo tem como objetivo imediato, muito mais, a de acumular, organizar e preservar registros referentes à administração de uma instituição, que, neste caso, é aquela da Faculdade de Educação da UFMG, do que a de remontar memórias – apesar de pertencerem aos seus processos e produtos.

Neste debate, entendemos ainda que o arquivo não é um porta voz da memória coletiva, fidedigno e exclusivo, mas um espaço de excelência, assim como central, para a retomada do passado e das memórias que foram abandonadas. Compartilhamos, então, da ideia de Hedstrom, para quem:

Os arquivos talvez tenham seu máximo valor não quando a memória coletiva persiste, mas quando eles oferecem as únicas fontes de informação sobre acontecimentos, eventos e idéias há muito esquecidos, conhecidos por rumores, mas não por provas, ou reprimidos e mantidos em segredo (2010, p. 176).

As fontes de informação fornecidas dão apoio ao exercício administrativo, científico, mas também fomentam a cultura, o que implica nas atividades formativas para a comunidade universitária e para o público externo. Contudo, só é possível estimular o conhecimento e o pensamento atento da sociedade por meio da preservação destas fontes. Quando os arquivos



passam a ser vistos como uma forma de acessar o ontem, é fundamental que a instituição tenha ciência das atividades desenvolvidas neste espaço, dos problemas que são enfrentados e que se discuta soluções viáveis para a manutenção e permanência do arquivo.

Diante de todo esse debate sobre o lugar e a função do arquivo, é importante evidenciar que o CEDOC também surge como um desejo de ser um centro de memória, por armazenar, preservar e divulgar a história da FaE, da UFMG, assim como da História da Educação e dos seus sujeitos. Se por muito tempo acreditou-se que os arquivos institucionais e os centros de memória eram excludentes, entendemos aqui que ambos podem se complementar, seja na administração cotidiana, ou no direcionamento de fontes, cujo objetivo é a preservação e guarda permanente. Em alguns momentos, esses espaços também armazenam acervos que tangenciam a instituição, assim como são responsáveis por receber acervos pessoais de professores que atuaram ou atuam na universidade. É nesse sentido, que esses acervos, além de armazenarem o conhecimento desenvolvido nestes espaços, juntamente com informações relativas aos seus funcionários, também são de grande valia para a organização de datas celebrativas e para a monumentalização de trajetórias (SANTOS; VENÂNCIO, 2015).

A concentração da produção de conhecimento dentro das Universidades é um fenômeno que acarreta consequências eloquentes em relação ao prestígio de determinada instituição, as relações entre poder e conhecimento, no entanto, não totalizam o significado do fazer intelectual das Universidades. Mesmo sendo um local com ampla prática e relevância para a recepção de coleções históricas, o ato de guarda documental é fonte constante de questões sobre si. Para abordar este assunto, é necessário o entendimento do movimento de transferência para as Universidades de uma obrigação patrimonial, no que tange a guarda, conservação e estudo desse material. Trataremos aqui da Universidade Federal de Minas Gerais como uma integrante dessa realidade. A especialização da UFMG no trato museológico, através de cursos voltados para a área<sup>2</sup>, acarretou a elaboração, e também especialização, de centros de memória dentro da UFMG, tanto em âmbito de guarda documental, quanto de conservação e extroversão dos arquivos.

---

<sup>2</sup> “A criação dos cursos de Arquivologia e de Museologia, respectivamente em 2009 e 2010, logrou institucionalizar no âmbito acadêmico essas competências da UFMG, fortalecendo-as e ampliando-as” (JULIÃO, 2015).



Nesse sentido, faz-se extremamente pertinente a aproximação desse fenômeno com o conceito do museólogo francês Georges Henri Rivière de “museu-laboratório”. Essa prerrogativa contribui para fornecer sentido ao processo de musealização das Universidades, de forma a unir o intuito de guarda patrimonial, trato documental e o exercício da pesquisa em diferentes instâncias. Dessa forma, o trabalho realizado dentro da UFMG e outras universidades extrapola um simples ato de colecionamento, desempenhando o papel de conservação, mas também de expansão desse patrimônio ao público, mesmo que, por vezes, esta se restrinja a um ambiente acadêmico.

Tendo em vista este encargo atribuído às Universidades, observa-se um movimento de descentralização do patrimônio recebido e gerado internamente. Os centros de memória ou “museus laboratórios” representam a força motriz deste trabalho, nos quais as coleções tomam forma e são estudadas. Assim é energizada a transferência de informações e, por fim, possibilitada a ação sobre o que é guardado de formas variadas. A realização deste trabalho impede que diversas coleções recebidas pelas Universidades, ou mesmo documentos gerados pelo funcionamento dessas instituições sejam perdidos, pelo descarte ou por um “esquecimento” institucional, porque este trabalho não se resume ao simples ato de guardar documentos em um armário, mas também à análise de documentos que devem permanecer sob guarda ou não, a organização, a higienização e o arranjo desse patrimônio na estruturação de fundos e coleções. Por fim, realizar o trabalho de maior importância no trato documental, tornar o acervo disponível para possíveis pesquisadores e pensar em formas de extroversão ao público de maneira ampla. A manutenção desses “museus laboratórios” permite que esse patrimônio receba um cuidado contínuo, estando sempre à serviço do pesquisador.

As Universidades, através do seu pleno funcionamento, são, em grande medida, germinadoras das suas próprias coleções. Os documentos que compõem essas coleções podem parecer, à primeira vista, descartáveis e frutos de uma burocracia irrelevante, entretanto, em um contexto institucional são parte vital do seu patrimônio histórico, bem como fonte de potenciais pesquisas. Sob essa expectativa, torna-se essencial à chegada e manutenção de diferentes coleções, um trabalho meticuloso de pesquisa. Ao passar pelos vários passos do trato documental - higienização, organização, catalogação - o documento caminha em direção ao trabalho final do pesquisador. Sem esse encontro, entre conservação e pesquisa, cria-se uma



realidade que expõe essas coleções à invisibilidade ou destituição da sua formação original. Nesse sentido, é válido ressaltar que

A musealização, processo que se distingue do colecionamento, embora o pressuponha, é uma das alternativas de preservação do patrimônio científico e cultural universitário. Diferentemente da patrimonialização, que se reporta à salvaguarda do bem patrimonial, protegendo-o dos riscos de destruição, a musealização vai mais além, estendendo-se à função de comunicação, ao associar a pesquisa à disseminação do patrimônio (DESVALLÉE; MAIRESSE, 2011).

A partir dessa prerrogativa reside o potencial da ideia de “museus laboratórios” ativos dentro das Universidades, os quais, para além do trato documental, são igualmente importantes para a capacitação de futuros pesquisadores. No funcionamento desses centros de pesquisa é iminente também o uso das variadas possibilidades de organização de fundos e coleções, ao proporcionar a reunião de olhares distintos e interdisciplinares, ressignificando o processo de arranjo de cada acervo. (MENSCH, 2013). Sendo assim, o delineamento dessas coleções, através de uma lógica científica, “são expressões de categorias do conhecimento e testemunhas de formas sensíveis, materiais e empíricas de se produzir e disseminar o saber científico” (JULIÃO, 2015).

Nesse sentido, o processo de musealização das Universidades, articulada de forma descentralizada, em centros de pesquisa ou “museus laboratórios”, é uma solução produtiva a dimensão patrimonial contida nessas instituições, bem como de atender, mais especificamente, as demandas de cada coleção, de acordo com o seu assunto e como ela dialoga com o patrimônio científico da unidade de pesquisa. Além disso, o desmembramento do trabalho museológico e arquivístico possibilita que seja fornecido uma dupla função ao ambiente acadêmico em que está inserido, que atuam não só como arquivos institucionais, guardando e colecionando materiais intrínsecos ao funcionamento das unidades, mas também como centros de memória, pesquisa, musealização e extroversão do patrimônio. Essa perspectiva dá a nota do princípio que rege as universidades brasileiras e que deve ser aplicado também no trato patrimonial: a associação entre o ensino, a pesquisa e a extensão (RIBEIRO, 2013).

Tais funções funcionam como um vislumbre do que pode ser realizado no ambiente universitário, em que devem estar como um tripé de sustentação do fazer intelectual por trás do trabalho patrimonial. Nesse sentido, dar visibilidade ao patrimônio documental, não apenas amplia o público com quem se tem contato, como explora o seu potencial intelectual. Isso,



através de um trabalho extensivo de pesquisa, que se realiza para a elaboração de uma exposição, atividade que para além de puramente expôr o patrimônio, lança um olhar museológico, interpretativo e memorialístico sobre determinada realidade.

## **CEDOC/FAE-UFMG: UMA BREVE HISTÓRIA**

A partir da discussão realizada até então, busca-se também dimensionar o trabalho realizado pelo CEDOC. Entre muitas nomenclaturas: museu laboratório, centro de pesquisa e memória, arquivo institucional, pairam as funções realizadas pela sua equipe. Assim como em seu trabalho arquivístico, a equipe do CEDOC transpõe os pilares de ensino, pesquisa e extensão, contando com professores da UFMG, pesquisadores do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE) e bolsistas de pesquisa e extensão. Nesse sentido, são desempenhados no centro diferentes frentes de trabalho que se dialogam no intuito da guarda patrimonial e da elaboração de um acervo que esteja a serviço de possíveis pesquisadores, elaboração de exposições, aulas temáticas, visitas escolares, entre outras atividades. No que tange a documentação, o CEDOC é responsável pela guarda de acervos de diferentes naturezas, que também contam com documentos de tipos variados. Assim, compõem a sua malha documental, tanto acervos institucionais, que dizem respeito aos departamentos da Faculdade de Educação da UFMG (FaE-UFMG), como de acervos pessoais, que são, em grande parte, coleções e arquivos doados por professores e ex professores da FaE.

Nesse sentido, a partir da sua função de guarda documental, é realizado no CEDOC o trabalho de higienização, organização e catalogação do material recebido, bem como a sua divisão em fundos<sup>3</sup> institucionais e pessoais dentro do arquivo. Vale ressaltar, que encaramos o processo de higienização como “a ação de eliminação de sujidades generalizadas sobre as obras, como poeira, partículas sólidas e elementos espúrios à estrutura física do papel, objetivando, entre outros fatores, a permanência estética e estrutural da mesma” (FERREIRA, MORENO, NASCIMENTO, NOGUEIRA, 2016 apud YAMASHITA; PALETTA, 2006, p.

---

<sup>3</sup> “[O fundo é] um termo largamente usado na Europa, para designar, para fins de controle, os documentos permanentes de um tipo específico de instituição ou organização; termo comparável ao conceito de record group” (EVANS, 1974, p. 422).



176). A organização e limpeza do acervo do CEDOC iniciou em 2012, durante o desenvolvimento do Projeto “Garimpando, Organizando e Divulgando a Memória na FaE/UFMG”. Durante esse processo, inesgotável e permanente, pode-se esclarecer a variedade arquivística que o Centro armazena, o que expôs as reais potencialidades do acervo do CEDOC.

As primeiras indagações realizadas eram sobre como esse documento deveria ser armazenado e se ele deveria sofrer alguma intervenção material. Chegou-se a conclusão, então, que em alguns casos era necessário que o documento fosse guardado assim como foi encontrado, uma vez que a forma que o registro foi localizado poderia narrar sobre a sua própria história. Em outros casos, intervenções materiais foram necessárias, como, a título de exemplo, a retirada de grampos que estavam em processo de oxidação, no intuito de evitar a danificação dos documentos, garantir a sua durabilidade e otimizar a organização (FERREIRA, MORENO, NASCIMENTO, NOGUEIRA, 2016).

É de amplo conhecimento que, às vezes, é necessário uma reorganização completa do acervo, no intuito de dar sentido aos documentos – a depender do olhar de cada pesquisador –, assim como promover o acesso à informação, pautado pela Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527/2011). Essa organização leva em consideração o respeito às diferentes origens de um documento, como, no caso do CEDOC, os de caráter institucional e os de teor pessoal, como forma de garantir que os fundos sejam “preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida [...]” (BELOTTO, 2022, p. 21).

Muitos dos processos de doações de acervos pessoais fogem do conhecimento dos integrantes do Centro, o que dificulta o exercício da organização. É devido a isso, que foi necessário

[...] entender a organicidade presente nos acervos, buscando produzir os nexos necessários àquele grupo documental. Para isso, o inventário organizado sob a coordenação da Biblioteca Alaíde Lisboa que, posteriormente, deu origem ao CEDOC, nos serviu de base para este trabalho. A identificação dos documentos em seu local de guarda original é comparada à identificação presente no inventário e seu conteúdo é então classificado e utilizado como fonte para a elaboração de versões preliminares dos quadros de arranjos. Esses quadros de arranjos eram elaborados tendo como princípio a lógica arquivística, sendo então subdivididos em funções e séries” (FERREIRA, MORENO, NASCIMENTO, NOGUEIRA, 2016, p. 22).

Para isso, são envolvidos no trabalho, bolsistas de pós-graduação e graduação de diversos cursos, bem como a equipe de coordenação do CEDOC, o que possibilita um olhar multidisciplinar sobre as tarefas desempenhadas no que tange à organização. Outro fator que



dita a tônica, não só na elaboração dos objetivos do centro, mas também no trabalho de pesquisa e extensão, é a extroversão do material guardado ao público. Esse objetivo se destaca no empenho em deixar o acervo em condições acessíveis a possíveis pesquisadores, bem como nas atividades destinadas a um público mais amplo, como exposições, aulas e palestras organizadas pelo CEDOC.

Em relação à extroversão, o CEDOC tem realizado uma série de exposições; organizado e participado de seminário e mesas redondas, além de ter publicado em diferentes suportes. As exposições organizadas pelo Centro, com acervo próprio, entre 2013 e 2023, são as seguintes: (1) “Alaíde Lisboa: política e educação”, (2) “Imagens da Docência”, (3) “O acervo dos professores da FaE: o que contam sobre a formação docente”<sup>4</sup>, (4) “O acervo CEDOC/FaE: organizando fontes para a História da Educação”, (5) “PPGE faz 50 anos!” (virtual e presencial), (6) “Neidson Rodrigues: intelectual, professor e gestor”. O Centro também apoiou duas outras exposições, “Entre traduções e apropriações: a circulação da ginástica sueca”, em 2018, e “Olimpíada do Exército no Sesquicentenário da Independência do Brasil (1972)”<sup>5</sup>, em 2022.

No ano de 2013, o Centro de Memória organizou seu primeiro seminário, intitulado “Arquivos, Bibliotecas Especializadas e Museus Universitários”. O CEDOC também organizou, em 2014, o seminário “Patrimônio Acadêmico Científico Universitário”, ocorrido em conjunto com a exposição dois. Essas formas de extroversão são uma consequência direta da organização do acervo, o que permite pesquisas, reflexões e a divulgação da História da FaE, da UFMG, assim como dos seus professores, além da História da Educação.

A partir dessa apresentação, traremos aqui exemplificações do arquivo do CEDOC, através do fundo institucional do Programa de Pós Graduação em Educação (PPGE-UFMG). Segundo o arquivista Terry Cook, “Indivíduos e instituições produzem documentos naturalmente no exercício de suas funções e atividades normais [...] O resultado da reunião “natural” ou “orgânica” dos documentos é chamado fundo.” (COOK, 2017). Nesse sentido, para se compreender ou lançar um olhar sobre qualquer tipo de fundo, também torna-se vital o entendimento sobre os indivíduos e instituições que o conceberam. Por isso, o ato de

<sup>4</sup> Essa exposição contou com objetos emprestados por professores, que, posteriormente, foram doados ao acervo do CEDOC.

<sup>5</sup> Ver em <https://olimpiadasnossequi.wixsite.com/exposicao>, acessado em 01/06/2023.



organização e processo de dar sentido a um fundo, carrega em si intrinsecamente o trabalho de pesquisa, seja de conhecimento do indivíduo ou da história das instituições por trás desses documentos.

Nesse sentido, temos como exemplo de fundo institucional, o acervo do PPGE. O trabalho com esse acervo documental teve início a partir da recepção de caixas de documentos do Programa de Pós Graduação pelo CEDOC. Através da chegada desses documentos foi iniciado um trabalho de pesquisa e organização dos documentos. Conjuntamente, é válido ressaltar o contexto em que esses documentos foram recebidos. No ano de 2021 foi comemorado o jubileu de diferentes programas de pós-graduação do Brasil, momento que colocou em evidência os documentos relativos ao Programa de Pós-graduação da FaE. Produto das mudanças na carreira do professor, bem como da expansão das verbas para pesquisa, a pós-graduação foi pensada e impulsionada a partir do caráter modernizador, em diálogo com a face do autoritarismo da ditadura militar. Os desafios iniciais para se estruturar do zero uma pós-graduação, envoltos à censura e à repressão, foram apenas alguns dos muitos obstáculos que esses programas enfrentaram, sendo observados ao longo da investigação realizada, nos acervos referentes ao PPGE-FaE/UFGM, sob guarda do CEDOC, durante os anos de 2020 e 2021. Esta pesquisa possibilitou um contato aproximado com os acervos do Centro, reafirmando as suas potencialidades, e permitindo a reconstrução da História do PPGE da FaE. É nesse sentido, como forma de explorar o acervo do CEDOC, em conjunto com a história da Pós-Graduação, que iremos nos debruçar, nas próximas linhas, neste tema.

## **PPGE-FaE/UFGM NO CEDOC: UM ARQUIVO, MUITAS HISTÓRIAS**

O Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação da UFGM (PPGE-FaE/UFGM) compartilha de uma história cercada de desafios, mas também de uma capacidade de se reinventar em tempos de obscurantismo. É por tudo isso que, atualmente, o Programa se tornou uma das principais referências de pós-graduação no Brasil, o que reforça a importância de se lembrar, contar e comemorar a sua história. Para isso, as celebrações do jubileu começaram a ser pensadas muito antes, em março de 2020, pelo CEDOC.

Ao se tornar responsável por cuidar de modo institucional do acervo da Pós-graduação da FaE, o CEDOC buscou dimensionar os trâmites e sujeitos referentes ao Programa, para,



assim, reconstruir a sua história, para além de uma documentação factual. Como parte das comemorações, foi organizada uma exposição virtual intitulada “PPGE FAZ 50 ANOS”<sup>6</sup>, em que foram expostos documentos relativos aos primeiros anos do Programa (1971-1977), bem como depoimentos de docentes e técnicos-administrativos que contribuíram na estruturação da Pós-graduação.

Para dimensionar essa história é de fundamental importância situar o papel da Faculdade de Educação. Em 28 de fevereiro de 1968, através do Decreto-lei n. 62.317 se deu início ao processo de reestruturação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), o documento “Plano de Reestruturação da UFMG”, concluído em 1967, foi efetivado principalmente pelo reitor da época, Aluísio Pimenta, o projeto se concentrava e caminhou de acordo com o processo de modernização das universidades brasileiras, tendo como foco o empenho nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.<sup>7</sup> Dentre os desdobramentos do Plano de Reestruturação da Universidade podemos destacar a criação da Faculdade de Educação da UFMG (FaE-UFMG). Assim como a FaE, esse decreto possibilitou a criação de diversas unidades acadêmicas que antes compunham a Faculdade de Filosofia<sup>8</sup>. Como fruto do Departamento de Pedagogia e Didática da antiga Faculdade de Filosofia, tendo como base a união do Curso de Pedagogia<sup>9</sup>, bem como da formação pedagógica para os cursos de licenciatura, se estabeleceu a Faculdade de Educação. Nesse processo, colocou-se como pautas para a Faculdade de Educação a formação de especialidades para todos os graus de ensino; a formação pedagógica de professores licenciados para o Ensino Médio em todos os ramos; a pesquisa educacional e o desenvolvimento de experiências pedagógicas.

O processo de concepção da Faculdade e de restabelecimento da Universidade caminharam de forma simultânea com a construção do Campus Universitário da Pampulha da UFMG. Apenas quatro anos após a sua criação, em 28 de fevereiro de 1972, a Faculdade de Educação foi instalada e passou a funcionar no Campus Pampulha, assim como outras unidades

<sup>6</sup> A exposição pode ser conferida por meio do seguinte link: <https://ppge50anos.wixsite.com/ppgefae> (Acesso em: 10 de maio de 2023).

<sup>7</sup> FILHO; SOUZA; FONSECA, 2016.

<sup>8</sup> O decreto citado também deu origem ao Instituto de Ciências Biológicas (ICB), Instituto de Ciências Exatas (ICEX), Instituto de Geociências (IGC), a Escola de Belas Artes (EBA), a Faculdade de Letras (FALE) e a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH).

<sup>9</sup> O curso de Pedagogia da UFMG foi criado em 1943, funcionando através do modelo de “3+1”, que com um ano adicional para o Curso de Didática, os bacharéis em Pedagogia também poderiam ter o título de licenciados (VARGAS; PEIXOTO, 2019).



da Universidade, mudanças impulsionadas pelo já mencionado plano de reestruturação da UFMG. Durante esses anos de consolidação da Faculdade de Educação foi de vital importância a participação de professores do antigo Departamento de Pedagogia e Didática da UFMG, que auxiliaram na formulação dos novos departamentos<sup>10</sup> e rumos que a Faculdade de Educação tomaria. Nesse recorte, destacam-se nomes como os das professoras Magda Soares, Alaíde Lisboa e Terezinha Oliveira, que assumiram a coordenação de diferentes departamentos da Faculdade de Educação.

Paralelamente, outras movimentações estavam em curso dentro da universidade, nesse sentido, destaca-se a elaboração do Curso de Mestrado em Educação da FaE-UFMG<sup>11</sup>, que contou também com a participação em sua elaboração de muitos nomes, como os das professoras citadas anteriormente, que estiveram à frente da organização da Faculdade de Educação. Temos assim, os primórdios do conhecido PPGE (Programa de Pós Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social).

O PPGE, à época Curso de Mestrado em Educação-Didática, compartilha do contexto de criação de vários outros Programas de Pós-Graduação, tendo a sua concepção idealizada já há algum tempo. Desde 1964 o desenvolvimento da pós-graduação se tornou prioridade para o governo, visto que neste momento o Fundo de Desenvolvimento Técnico e Científico (Funtec) iniciou a concessão de recursos financeiros para as universidades promoverem seus programas. Em 1965, a preocupação com os programas de pós-graduação novamente apareceu, devido à solicitação de um estudo, por parte do Ministério de Educação (MEC), sobre a pós-graduação no Brasil. Neste contexto, o Ministério da Educação já compreendia a necessidade de aperfeiçoar o quadro de docentes das universidades e, além disso, entendia a importância de se regulamentar a pós-graduação. O fruto do estudo que fundamentou esta iniciativa, intitulado “parecer sucupira”, foi responsável pela seguinte organização:

Os fundamentos dessa normatização seriam aproveitados e consagrados pela Lei da Reforma Universitária (n.5.540), em 1968, e serviram de base ao sistema ainda hoje em vigor. Em essência, o parecer Sucupira instituiu a divisão da pós-graduação em *stricto sensu* e *lato sensu*, a primeira correspondendo aos cursos de mestrado e

<sup>10</sup> Foram criados os departamentos de Métodos e Técnicas de Ensino; Métodos e Técnicas de Pesquisa; Administração Escolar e o de Ciências Aplicadas à Educação.

<sup>11</sup> Durante os anos de criação e consolidação da Faculdade de Educação da UFMG (FaE-UFMG) a professora Alaíde Lisboa, na época Chefe do Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, já demonstrava à direção da Faculdade e da reitoria da Universidade o seu anseio em desenvolver um Curso de Mestrado para professores do Ensino Médio.

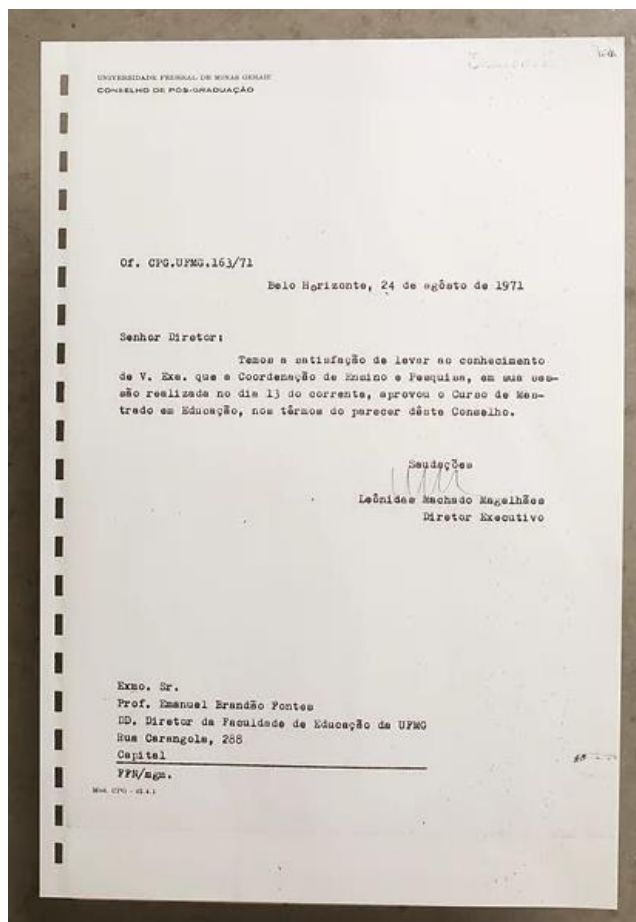


doutorado, que exigiam atividades de pesquisa e produção de conhecimento, a segunda se restringindo a atividades de aperfeiçoamento e especialização, dedicadas à preparação de profissionais para o mercado de trabalho (MOTTA, p. 280).

Sendo assim, o Curso de Mestrado também foi resultado da Lei da “Reforma Universitária”, de 28 de novembro de 1968. Inicialmente, o Curso de Mestrado tinha como área de concentração a Metodologia de Ensino, o que visou a aplicação do estudo de métodos e técnicas educacionais na elaboração das pesquisas dos alunos (SANTOS, 2009). Posteriormente, foram pensadas e adicionadas diferentes áreas de concentração para o Curso, bem como outras mudanças foram relevantes para o desenvolvimento do conhecido PPGE. Nesse sentido, percebe-se que a elaboração do Curso de Mestrado e as suas reformulações ocorreram de forma gradual, bem como ultrapassam uma análise estritamente documental e que evidenciam uma perspectiva institucional, esses processos representam também visões e as perspectivas perante a educação da época, bem como memórias de sujeitos que foram essenciais para a sua construção. Por fim, é oportuno ressaltar que, no processo de regulamentação e implementação do então Curso de Mestrado, se sobressaem alguns nomes que foram significativamente influentes nessa trajetória. Com o auxílio de professoras como Magda Soares, Zenita Guenther, Leila Maíra e Maria Lúcia Vilhena, a, já citada, Alaíde Lisboa, primeira coordenadora do curso, se destacou no esforço pela consolidação do Curso de Mestrado, principalmente na mobilização interna na Universidade e no convite aos professores para integrá-lo.

Para melhor compreensão do processo de pesquisa e da historicização do fundo institucional do PPGE, é válido a apresentação de alguns documentos deste fundo que se destacam por diferentes motivos, sendo de grande relevância para a sua constituição como Programa de Pós Graduação em Educação. O primeiro deles é um Ofício de 1971 enviado por Leônidas Magalhães, na época Diretor Executivo do Conselho de Pós Graduação (CPG) à Emanuel Brandão, então Diretor da Faculdade de Educação da UFMG, sobre a criação do curso de Mestrado. Após muitos trâmites burocráticos e dedicação de professores e funcionários da FaE, este documento representa apenas o início de muitas adversidades que o PPGE enfrentaria para se constituir como curso de notoriedade que é atualmente.

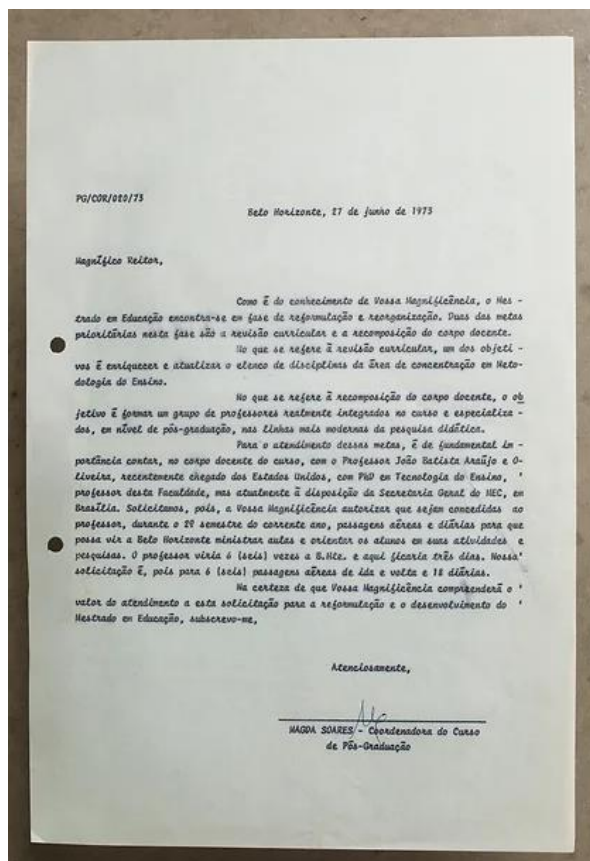
**FIGURA 1** – Ofício de Leônidas Magalhães à Emanuel Brandão, sobre a criação do curso de Mestrado. Ano: 24 de agosto de 1971.



**Fonte:** Arquivo do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FaE-UFMG).

Em decorrência do desenvolvimento, aperfeiçoamento e ampliação do Mestrado em Educação, desafios materiais foram encontrados, devido à estrutura física do espaço que comportava o Curso de Mestrado. O prédio, ainda em construção, só foi aprimorado ao longo dos anos, o que dificultou a organização da Pós-graduação. Além disso, houve um grande desafio em formar um corpo docente que de fato fosse integrado ao Curso e que possuísse pós-graduação. Esses detalhes foram observados no documento enviado por Magda Soares, então coordenadora do Curso de Pós-Graduação, à Marcelo Vasconcelos, reitor da UFMG, em 1973.

**FIGURA 2** – Correspondência de Magda Soares à Marcelo de Vasconcelos Coelho, sobre a reformulação e reorganização do Curso de Mestrado. Ano: 27 de junho de 1973.



**Fonte:** Arquivo do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/FaE-UFMG).

Estes documentos demonstram que, num certo sentido, os processos de seleção e guarda estabelecidos formal ou tacitamente pelas pessoas que construíram o PPGE deram atenção à documentação institucional. É, de certa forma, essa história/memória que se manda guardar. No entanto, o acervo é muito mais rico do que isto, felizmente. Nele se encontra uma variada documentação advinda, por exemplo, dos processos de seleção instituídos pelo Programa. Tal documentação permite, por exemplo, saber qual a origem (geográfica, de gênero, social...) daquelas pessoas que pretenderam cursar o Mestrado ou o Doutorado na instituição, bem como saber os temas e objetos de pesquisa que apresentavam. Nesse sentido, permitem identificar e aprofundar sobre sujeitos significativos na construção do PPGE, da FaE e da História da Educação de Minas Gerais.



## CONCLUSÃO

O gesto político-epistemológico de selecionar e guardar nunca é neutro. Sempre se busca, como ele e por meio dele, dignificar aquilo que, no presente, estabelecemos que o futuro deve conhecer. Desse modo, memória, história e arquivos se entrelaçam, ainda que nem sempre essa tessitura seja feita de forma consciente e por meio de critérios públicos.

Há, ainda, um longo percurso a ser trilhado por nós pesquisadores/as e pelas nossas instituições para estabelecermos políticas de memória que não seja apenas voltada para atos administrativos ou para a documentação que as agências mandam guardar. Nossa história e memórias são muito mais ricas do que isso! É preciso que nos voltemos, cada vez mais, para os *restos* de nossas pesquisas, para aquilo que não foi aproveitado, para o processo de construção do conhecimento e de formação das pessoas que habitam ou que um dia habitaram nossas salas, corredores, grupos de pesquisa, laboratórios.

Sabemos que, como afirmava W. Benjamin, à história não cabe ocupar-se apenas daquilo que foi, mas também lembrar aquilo que poderia ter sido. Neste sentido, não é demais lembrar que para cada projeto aprovado e desenvolvido em nossos programas de pós-graduação, dezenas de outros deixaram de sê-lo, boa parte dos quais ficaram esquecidos para a história da produção do conhecimento em nossa área. Retomar estes temas e objetos esquecidos, realizar uma arqueologia dos mesmos e cartografá-los no contexto da pesquisa e da pós-graduação, restabelecê-los em sua dignidade passada e/ou presente, é uma possibilidade e uma necessidade que nossos arquivos permitem.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Dicionário de terminologia arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1996.

COOK, Terry. **O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial**. Rio de Janeiro: Arquivo, p. 15-18.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (Dir.) **Muséalisation**. In: Dictionnaire Encyclopédique de Muséologie. Paris: Armand Colin, 2011, p. 251-269.



DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação. **Revista Estudos Históricos**, v. 7, n. 13, p. 50-64, 1994. LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Editora Unicamp, 2016, p. 387-435.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (USP), 2009.

JULIÃO, Letícia. **Museus e coleções universitárias**. Universidade, memória e patrimônio. Mazza Edições, 2015, p.13-24.

MENSCH, Peter van. **The re-interpretation and re-usages of (older) collections and their value for contemporary society; first reflections**. Comcol Newsletter, n. 23, Oct. 2013. Disponível em: <[http://network.icom.museum/fileadmin/user\\_upload/minisites/comcol/Newsletter/Newsletter23.pdf](http://network.icom.museum/fileadmin/user_upload/minisites/comcol/Newsletter/Newsletter23.pdf)>. Acesso em: 10 maio 2023.

MORENO, Andrea; MENDES, Luciano. Patrimônio acadêmico-científico da Universidade: uma contribuição a partir da História da Educação. In: **Universidade, Memória e Patrimônio**. Mazza Edições, 2015, p.25-30.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2014, p. 280.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, n. 10, p. 7-28, dez., 1993.

RAGO, Luzia Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

RIBEIRO, E. S. Museus em universidades públicas: entre o campo científico, o ensino, a pesquisa e a extensão. **Museologia & Interdisciplinaridade**, [S. l.], v. 2, n. 4, 2013.

RIVIÈRE, Georges Henri. **La museología: curso de museología/textos y testimonios**. Madri: Akal, 1993.

SANTOS, Silvana; VENÂNCIO Renato. Arquivos institucionais e memória da Universidade Federal de Minas Gerais: um estudo dos arquivos de arquitetura. In: NASCIMENTO, Adalson; MORENO, Andrea. **Universidade, Memória e Patrimônio**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015, p. 59-82.

YAMASHITA, Marina Mayumi; PALETTA, Fátima Aparecida Colombo. Preservação do patrimônio documental e bibliográfico com ênfase na higienização de livros e documentos textuais. **Arquivística.net.**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 172-184, 2006.



## **GESTURES, ARCHIVES AND MEMORY: what stories does a PPGE file tell?**

### **ABSTRACT**

This text deals with ongoing research and reflections about organization and the potentials of university archives for the development of the history of education. It argues that there is a need to establish archival policies, therefore, of memory, that encourage the custody, organization and availability not only of the administrative collections that the legislation “orders to be kept”, but also, and above all, collections of an academic-scientific nature, relating to university teaching, research and extension. Therefore, we make an initial exhibition showing the importance of memory places and organization of archives, followed by an explanation about the current configuration of a specific memory center – the Center for Research, Documentation and Memory (CEDOC) of the Faculty of Education, located at UFMG – to, finally, focus on the potentialities of the archive of the Postgraduate Program in Education from UFMG, for researches about the history of Postgraduate and research in Brazil.

**Keywords:** PPGE. CEDOC. Archives.

## **GESTOS, ARCHIVOS Y MEMORIA: ¿qué historias cuenta un archivo del PPGE?**

### **RESUMEN**

Este texto trata de investigaciones y reflexiones en curso sobre la organización y las potencialidades de los archivos universitarios para la investigación en historia de la educación. Sostiene que existe la necesidad de establecer políticas archivísticas, por tanto, de memoria, que favorezcan la custodia, organización y disponibilidad no sólo de los fondos administrativos que la legislación “ordena conservar”, sino también, y sobre todo, de los fondos propios, de carácter académico científico relacionada con la docencia universitaria, la investigación y la extensión. Para eso, hacemos una presentación inicial sobre la importancia de los lugares de memoria y sobre la organización de los archivos, seguida de una explicación de la configuración actual de un centro de memoria específico – el Centro de Investigación, Documentación y Memoria (CEDOC) de la Facultad de Educación de la UFMG – para, finalmente, enfocarse en el potencial del archivo del Programa de Posgrado en Educación de la UFMG para la investigación sobre la historia del Posgrado y la investigación en el país.

**Palabras clave:** PPGE. CEDOC. Archivos.

---

Submetido em: junho de 2023.

Aprovado em: agosto de 2023.

Publicado em: setembro de 2023.